



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXV — Nº 81

SEXTA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 1990

BRASÍLIA — DF

Sumário

	PÁGINA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	3413
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	3430
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	3431
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	3452
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	3480
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	3481
EDITAIS E AVISOS.....	3483

Supremo Tribunal Federal

Presidência

PORTARIAS DE 25 DE ABRIL DE 1990

O MINISTRO JOSÉ NÉRI DA SILVEIRA, PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, USANDO DA ATRIBUIÇÃO QUE LHE CONFERE O ARTIGO 36, DO REGULAMENTO DA SECRETARIA, E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA DO PROCESSO Nº 03.545/90.

R E S O L V E conceder aposentadoria, nos termos do artigo 40, item III, letra c, da Constituição Federal, à funcionária JOY SANTOS BARBOSA, Técnico Judiciário, Classe Especial, Código STF - AJ-021, Referência NS-25, do Quadro da Secretaria deste Tribunal observa do o artigo 2º § 3º da Lei nº 6.732, de 04 de dezembro de 1979, o § 2º do artigo 3º do Decreto-lei nº 1.445, de 13 de fevereiro de 1976, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 2.270, de 13 de março de 1985, alterado pelo artigo 10 do Decreto-lei nº 2.365, de 27 de outubro de 1987, modificado pela Lei nº 7.706, de 21 de dezembro de 1988, e o artigo 2º da Lei nº 7.753, de 14 de abril de 1989.

O MINISTRO JOSÉ NÉRI DA SILVEIRA, PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, USANDO DA ATRIBUIÇÃO QUE LHE CONFERE O ARTIGO 36, DO REGULAMENTO DA SECRETARIA, E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA DO PROCESSO Nº 05.629/90,

R E S O L V E conceder aposentadoria nos termos dos artigos 176, item II e 180, letra a, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, com a redação que lhe deu a Lei nº 6.481, de 05 de dezembro de 1977, combinados com o artigo 40, item III, letra a, da Constituição Federal ao funcionário JOSÉ BELARMINO FILHO, Atendente Judiciário, Classe Especial, Código STF-AJ-025, Referência NI-35, do Quadro da Secretaria deste Tribunal, observados o artigo 2º da Lei 6.732, de 04 de dezembro de 1979 e o artigo 2º da Lei nº 7.753, de 14 de abril de 1989.

MINISTRO JOSÉ NÉRI DA SILVEIRA
Presidente

DISTRIBUIÇÃO

QUADRAGÉSIMA SEGUNDA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 1990
(Regimento Interno, art. 66)

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Moreira Alves, na ausência, justificada do Exmo. Sr. Ministro-Presidente e no impedimento do Exmo. Sr. Ministro Vice-Presidente (Art. 37, I RISTF). Secretário, Alberto Veronese Aguiar, Diretor do Departamento Judiciário. Porteiro o Sr. José Maria Gomez, Auxiliar Especializado.

Foram distribuídos os seguintes processos:

ADIN 218-0 - PB
Relator Ministro Sydney Sanches
Repte.: Governador do Estado da Paraíba (Adv.: Romero Abdon Queiroz da Nóbrega) Reqdo.: Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba

RE 122.357-0 - DF
Relator Ministro Sydney Sanches
Recte.: União Federal. Recdo.: Usina Açucareira Passos S.A. (Adv.: Spencer Daltro de Miranda Filho e outra)

Min. Sydney Sanches 02

T O T A L 02

Brasília, 24 de abril de 1990.

ALBERTO VERONESE AGUIAR
Diretor do Departamento Judiciário

DISTRIBUIÇÃO

QUADRAGÉSIMA TERCEIRA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 1990
(Regimento Interno, art. 66)

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Paulo Brossard, na ausência justificada do Exmo. Sr. Ministro-Presidente e no impedimento do Exmo. Sr. Ministro Vice-Presidente (Art. 37, I RISTF). Secretário, Alberto Veronese Aguiar, Diretor do Departamento Judiciário. Porteiro, o Sr. Júlio César Carreiro dos Santos, Auxiliar Especializado.

Foi distribuído o seguinte processo:

HC 68.067-4 - AM
Relator Ministro Célio Borja
Pacte.: Jorge Nova da Costa. Impte.: Leilah Borges da Costa. Coator : Presidente da República

Min. Célio Borja 01

T O T A L 01

Brasília, 24 de abril de 1990.

ALBERTO VERONESE AGUIAR
Diretor do Departamento Judiciário

DISTRIBUIÇÃO

QUADRAGÉSIMA QUARTA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 1990
(Regimento Interno, art. 66)

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Néri da Silveira. Secretário, Alberto Veronese Aguiar, Diretor do Departamento Judiciário. Porteiro, o Sr. Manoel Barbosa da Costa, Auxiliar Especializado.

Foram distribuídos os seguintes processos:

MS 21.091-5 - SP
Relator Ministro Moreira Alves
Impte.: Partido Trabalhista Renovador - PTR (Adv.: Paulo Vernini Freitas) Autoridade coatora: Presidente do Tribunal Superior Eleitoral

MS 21.097-4 - SP
Relator Ministro Aldir Passarinho
Impte.: Maria Paula Machado (Adv.: Paulo Oliver) Autoridade coatora : Presidente da República

Min. Moreira Alves 01
Min. Aldir Passarinho 01

T O T A L 02

Brasília, 25 de abril de 1990.

ALBERTO VERONESE AGUIAR
Diretor do Departamento Judiciário

DISTRIBUIÇÃO

DÉCIMA PRIMEIRA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 1990
(Regimento Interno, art. 66)

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Aldir Passarinho. Vice-Presidente, na ausência justificada do Exmo. Sr. Ministro-Presidente. Secretário, Alberto Veronese Aguiar, Diretor do Departamento Judiciário Porteiro, o Sr. Vilmar Amaral da Silva. Auxiliar Especializado.

Foram distribuídos os seguintes processos:

MI 238-0 - RJ

Relator Ministro Celso de Mello
Reqte.: Nélcio Geraldo Rodrigues (Adv.: Luiz Fernando Aragão e outro) Reqdo.: Congresso Nacional

MI 239-8 - RJ

Relator Ministro Sydney Sanches
Reqte.: Clébio da Silva Matteus (Adv.: Luiz Fernando Aragão e outro) Reqdo.: Congresso Nacional

MI 240-1 - RJ

Relator Ministro Célio Borja
Reqte.: Carmen Cavadas Fernandes (Adv.: Luiz Fernando Aragão e outro) Reqdo.: Congresso Nacional

ADIN 265-1 - RJ

Relator Ministro Paulo Brossard
Reqte.: Partido Trabalhista Renovador (PTR) (Adv.: Marcos Heusi Neto e outros) Reqdo.: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

ADIN 267-8 - DF

Relator Ministro Celso de Mello
Reqte.: Governador do Estado de São Paulo (Adv.: Sérgio João França) Reqdos.: Mesa da Câmara dos Deputados. - Tribunal Superior Eleitoral

ACOr 411-0 - MT

Relator Ministro Célio Borja
Autores: Samhat Bittar e sua mulher (Adv.: Alexandre Elias Filho) Réus: - União Federal. - Fundação Nacional do Índio - FUNAI (Adv.: Jocelyn Salomão) Litisdenunciado: Estado de Mato Grosso (Adv.: Geraldo da Costa Ribeiro Filho)

Pet 419-1 - MG

Relator Ministro Sydney Sanches
Reqte.: Antuérpio Pettersen Filho (Adv.: Em causa própria)

Ing 484-7 - SP

Relator Ministro Celso de Mello
Indiciados: Ernesto Gradella e outros

Extr 522-7 - República Italiana

Relator Ministro Sepúlveda Pertence
Reqte.: Governo da Itália. Extdo.: Giorgio Capece

RvCr 4.926-2 - SP

Relator Ministro Octavio Gallotti
Reqte.: Manoel Antonio de Souza

HC 68.051-8 - SP

Relator Ministro Paulo Brossard
Pacte.: Paulo Fernandes da Silva Oliveira. Impte.: José de Gouveia Coator: Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo

HC 68.057-7 - RJ

Relator Ministro Octavio Gallotti
Pacte.: Marcos Antônio de Oliveira. Impte.: O mesmo. Coator: Juiz de direito da Décima Quarta Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro

HC 68.058-5 - DF

Relator Ministro Celso de Mello
Pacte.: Ademar Bartolomeu Sobrinho. Impte.: Ely Nascimento da Rocha. Coator: Tribunal de Justiça do Distrito Federal

HC 68.059-3 - SP

Relator Ministro Moreira Alves
Pacte.: José Carlos Tomaz. Impte.: O mesmo. Coator: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

HC 68.060-7 - RJ

Relator Ministro Sydney Sanches
Pacte.: Rinaldo Bezerra dos Santos. Impte.: João Familiar Filho. Coator: Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

HC 68.061-5 - RJ

Relator Ministro Sepúlveda Pertence
Pacte.: Gessy Cleide Pereira dos Santos. Impte.: João Familiar Filho. Coator: Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

ARv 24.739-9 - SP - (AC 117.195/TFR)

Relator Ministro Octavio Gallotti
Argte.: União Federal. Argdo.: Alberto Neves (Adv.: José Maurício de Macedo Franceschini e outro)

ARv 24.740-2 - SP - (AC 117.195/TFR)

Relator Ministro Octavio Gallotti
Argte.: Caixa Econômica Federal - CEF (Adv.: Nilo Arêa Leão e outros) Argdo.: Alberto Neves (Adv.: José Maurício de Macedo Franceschini e outro)

ARv 24.744-5 - RS - (AMS 111.047/TFR)

Relator Ministro Célio Borja
Argte.: Caixa Econômica Federal - CEF (Adv.: Ícaro Braille França e outros) Argdos.: Leonarda Pompea Mastrogiasomo e outros (Adv.: Vera Maria Arrigo Soares)

ARv 24.745-3 - RS - (AMS 111.047/TFR)

Relator Ministro Célio Borja
Argte.: União Federal. Argdos.: Leonarda Pompea Mastrogiasomo e outros (Adv.: Vera Maria Arrigo Soares)

ARv 24.812-3 - DF - (AMS 125.177/TFR)

Relator Ministro Sepúlveda Pertence
Argte.: União Federal. Argdos.: Olinto Manso Pereira Filho e sua mulher (Adv.: Jairo Barbosa)

ARv 24.813-1 - DF - (AMS 125.177/TFR)

Relator Ministro Sepúlveda Pertence
Argte.: Caixa Econômica Federal - CEF (Adv.: Ícaro Braille França) Argdos.: Olinto Manso Pereira Filho e sua mulher (Adv.: Jairo Barbosa)

ARv 24.816-6 - SP - (AMS 107.690/TFR)

Relator Ministro Octavio Gallotti
Argte.: Caixa Econômica Federal - CEF (Adv.: Ícaro Braille França) Argdos.: Jorge Jesus da Silva e sua mulher (Adv.: Devina Rosa da Silva)

ARv 24.817-4 - SP - (AMS 107.690/TFR)

Relator Ministro Octavio Gallotti
Argte.: União Federal. Argdos.: Jorge Jesus da Silva e sua mulher (Adv.: Devina Rosa da Silva)

ARv 24.913-8 - RS - (AMS 113.662/TFR)

Relator Ministro Célio Borja
Argte.: Caixa Econômica Federal - CEF (Adv.: Ícaro Braille França) Argdos.: Valdir Veiga de Mello e sua mulher (Adv.: Gilberto José Bittencourt)

ARv 24.914-6 - RS - (AMS 113.662/TFR)

Relator Ministro Célio Borja
Argte.: União Federal. Argdos.: Valdir Veiga de Mello e sua mulher (Adv.: Gilberto José Bittencourt)

ARv 24.915-4 - RS - (AMS 113.727/TFR)

Relator Ministro Sepúlveda Pertence
Argte.: Caixa Econômica Federal - CEF (Adv.: Ícaro Braille França e outros) Argdos.: Maria Helena Rosa dos Santos e seu marido (Adv.: Leda Carmem Araújo)

ARv 24.916-2 - RS - (AMS 113.727/TFR)

Relator Ministro Sepúlveda Pertence
Argte.: União Federal. Argdos.: Maria Helena Rosa dos Santos e seu marido (Adv.: Leda Carmem Araújo)

ARv 24.917-1 - RS - (AMS 111.167/TFR)

Relator Ministro Celso de Mello
Argte.: Caixa Econômica Federal - CEF (Adv.: Ícaro Braille França e outros) Argdos.: Cláudio Menghetti e outros (Adv.: Fernando Lopes Alves)

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional

SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF
Telefones: (PABX (061) 321-5566) Telex: (061) 1356 DIMN BR
CGC/MF nº 00394494/0016-12

CEZAR BADO

Diretor-Geral

MARIA LUZIA DE MELO

Diretora de Publicações de Órgãos Oficiais

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos do Poder Judiciário

Jornalistas Responsáveis:

José Edmar Gomes

Isabel Cristina Orru de Azevedo

Miguel Felix dos Anjos

Jorge Luiz Alencar Guerra

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Recebimento de Matérias (tárreo). Matérias entregues até às 13 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Diretoria de Publicações de Órgãos Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial		Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral	Cr\$ 1.547,00	Cr\$ 405,00	Cr\$ 1.517,00	Cr\$ 1.247,00
Portes:				
Brasil (superfície)	Cr\$ 534,60	Cr\$ 267,96	Cr\$ 977,46	Cr\$ 534,60
Brasil (aéreo)	Cr\$ 2.138,40	Cr\$ 1.072,50	Cr\$ 3.910,50	Cr\$ 2.138,40

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)
Telefone: (061) 321-5566 - R. 309/305 ou (061) 226-2586
Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.

Adv. Dr. Sid H. Riedel de Figueiredo

Embargado: ACÓRDÃO DA EGRÉGIA TERCEIRA TURMA Nº 4.481/89 (S.A. "O ES TADO DE SÃO PAULO")

Adva. Dra. Maria Cristina Paixão Côrtes

DECISÃO: Unanimemente, acolher os embargos para prestar os esclarecimentos constantes da fundamentação do voto do Exmº Sr. Ministro Relator.

EMENTA: Embargos declaratórios acolhidos tão-somente para prestar esclarecimentos.

JOSÉ DEJARD SERRA
Diretor do S.A.

Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho

PROC. TST-RC-1467/90.4

Requerente: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA

Advogado : Dr. Djalma Nogueira S. Filho

Requerido : EXMº SR. JUIZ HERÁCITO PENA JÚNIOR, DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA REGIÃO

Terceiro Interessado: BANCO DO BRASIL S/A.

DESPACHO

1. Junte-se o presente recurso.
2. Venham-me os autos.
3. Publique-se.

Brasília, 20 de abril de 1990.
MINISTRO MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO
Corregedor-Geral

PROCESSO Nº TST-AG-RC-0032/89 .7

Agravante: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS DO RIO DE JANEIRO.

Advogado : Dr. Guaraci Francisco Gonçalves.

Agravada : LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.

Advogado : Dr. Pedro Augusto de Freitas Gordilho.

Vistos, etc.

1. RELATÓRIO:

Revelam estes autos que, mediante a apreciação de agravo regimental, ocorreu a cassação de liminar concedida pelo relator do mandado de segurança nº MS-108/89 - Juiz MELLO PORTO. Aos autos vieram as peças pertinentes. Mediante o despacho de folha 76 concedi liminar na presente correicional. Desta decisão interpôs agravo regimental o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Rio de Janeiro, que foi desprovido, unanimemente, pela Seção Especializada em Dissídios Individuais - folhas 142 a 146. O ilustre Juiz-Presidente do Segundo Grupo de Turmas prestou os esclarecimentos de folhas 118 a 119, acompanhados do Acórdão relativo ao agravo regimental (AREG-MS-108/89) e do Acórdão resultante do julgamento da arguição de inconstitucionalidade do artigo 161, letra d, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região.

2. FUNDAMENTAÇÃO:

Verifica-se que a presente medida correicional ataca decisão mediante a qual o Segundo Grupo de Turmas do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, conhecendo e provendo agravo regimental interposto pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS DO RIO DE JANEIRO, afastou do mundo jurídico liminar concedida pelo Juiz MELLO PORTO, relator do mandado de segurança impetrado pela ora Requerente, no sentido de suspender os efeitos da liminar concedida pelo Juiz Presidente da MM. 22a. Junta de Conciliação e Julgamento do Rio de Janeiro, nos autos da medida cautelar inominada nº 497/88.

Em primeiro lugar é preciso explicitar a natureza jurídica do ato concessivo, ou não, de liminar em mandado de segurança. O artigo 7º da Lei 1.533, de 31 de dezembro de 1951, preceitua que o Juiz ordenará que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido quando for relevante o fundamento e do ato impugnado puder resultar a ineficiência da medida de segurança caso deferida.

De decisão terminativa não se trata, posto que, deferida ou indeferida a liminar, o processo não se extingue, prosseguindo a marcha em direção ao desfecho final. A ausência de extinção e a observância, a seguir, do itinerário procedimental informam que não se trata de decisão definitiva. Esta apenas é passível de prolação pelo Colegiado competente, no caso da Justiça do Trabalho, o Tribunal Regional ou o Tribunal Superior, definição que ocorre diante da origem do ato - artigo 21, inciso VI, da Lei Complementar 35, de 14 de março de 1979.

Por outro lado, ao praticar o ato o magistrado nada decide em torno de questão relativa à regularidade processual. Simplesmente perquire se estão presentes os predicados idôneos à concessão, ou seja, analisa concurso dos pressupostos legais. Portanto não se trata, também, de decisão interlocutória.

Com isto, outro enquadramento não se tem senão o que pertine ao simples despacho. Aliás, a própria Lei, ao disciplinar a matéria, revela que a apreciação ocorre quando do lançamento do despacho pelo qual é determinada a notificação da autoridade apontada como coatora - artigo 7º, inciso II, da Lei 1.533 de 1951.

O Código de Processo Civil preceitua que "dos despachos de mero expediente não cabe recurso" - artigo 504. No sistema de pesos e contrapesos, a parte interessada em impugná-los deve aguardar a oportu-

nidade própria, ou seja, aquela que surgirá com a decisão terminativa do feito ou a definitiva que lhe seja desfavorável. Os despachos meramente preparatórios de uma futura sentença não são, assim, objeto de impugnação direta e isolada.

No caso da liminar concedida em mandado de segurança, o enquadramento não é diverso, valendo notar que idêntico raciocínio pertine quando ocorre o indeferimento, já que impossível é a adoção do condenável critério de dois pesos e duas medidas. As partes cabe aguardar o pronunciamento do órgão competente para julgar a lide constitucional, não se lhes proporcionando a ordem jurídica impugnação prévia.

A melhor doutrina aponta que a concessão, ou não, da medida liminar ocorre mediante exame pelo relator que, assim, procede à livre discricção. Esta circunstância, a revelar mero juízo de valor, afasta a possibilidade de cogitar-se da subversão da boa ordem processual:

"... negada a liminar, esse despacho é irrecurável, se concedida, poderá ser cassada a qualquer tempo pelo presidente do Tribunal competente para o recurso desde que solicitada pela entidade interessada e ocorram os pressupostos legais" (grifos nossos) - HELY LOPES MEIRELLES, em "Mandado de Segurança e Ação Popular", 10a. edição, folha 50.

Mais incisivo é OTHON SIDOU:

"... a liminar é medida administrativa do juízo, não se condiciona a requerimento da parte e só é tomada no exclusivo intuito de garantir a inteireza da sentença".

E acrescenta ainda:

"Por tais motivos, o juiz, no exercício de seu officium iudicis, pode conceder a medida liminar em qualquer tempo ou revogá-la a qualquer tempo, sempre inspirado naquele intuito cardeal de assegurar materialmente a sentença a ser editada. E por tais motivos ela não é recorável".

O aludido autor cita o direito comparado, fazendo alusão ao Código de Processo Civil Português que, mediante o artigo 679, dispõe que "não admitem recurso os despachos de mero expediente nem os proferidos no uso legal de um poder discricionário", e a ordem de suspensão ou não do ato o é, conforme consignado acima.

No arremate final, é categórico:

"Do exposto observa-se que se a medida liminar em mandado de segurança não é sentença, terminativa ou definitiva, cujo recurso seria a apelação e se não é decisão interlocutória, por que não decide questão controversa relativa à regularidade ou à marcha do processo, e cujo recurso seria o agravo de instrumento, então, por princípio excludente, é despacho de mero expediente a que se reserva o artigo 504 para inadmitir o recurso". ("Habeas Corpus, Mandado de Segurança e Ação Popular - As Garantias Ativas dos Direitos Coletivos", 2a. edição, Forense, Rio de Janeiro, páginas 255/258).

Outro não é o posicionamento de SÉRGIO SAHIONE FADEL, lançando em "Teoria e Prática do Mandado de Segurança", segunda edição, Editora José Konfino, Rio de Janeiro, 1976, à página 118:

"A medida liminar é, do ponto de vista jurídico, um despacho irrecurável. As leis que regulam o mandado de segurança não prevêem a sua reforma por meio de recursos normais" (grifos nossos).

Também o saudoso mestre COQUEIJO COSTA teve oportunidade de pronunciar-se sobre o tema, consignando que:

"Há uma certa semelhança do despacho concedendo a liminar com o do juízo de admissibilidade, no despacho positivo do recurso de matéria extraordinária, que a este admite. Ambos são declaratórios, não de mérito, iniciam-se na instância de origem, não delimitam nem vinculam o ad quem, têm mera função de exame preliminar e provisório de admissibilidade, são uma espécie de apreciação administrativa de cabimento, não são decisões completas, não têm força preclusiva de coisa julgada formal, não constituem grau de jurisdição, não ensejam embargos declaratórios e são interlocutórias irrecuráveis". ("Mandado de Segurança e Controle de Constitucionalidade", 2a. edição, LTr., 1982, página 98).

A jurisprudência também já se posicionou no sentido da irrecurabilidade do ato concessivo da liminar.

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho já enfrentou a matéria, concluindo que:

"Não se conhece, por incabível, de agravo regimental interposto contra despacho que concede medida liminar em mandado de segurança". (AG-MS-03/81, Ac. TP-2108/81, Relator Ministro FERNANDO FRANCO, publicado no Diário da Justiça de 16 de outubro de 1981).

Até mesmo a Seção Especializada em Dissídios Individuais desta Corte já se manifestou pela irrecurabilidade das liminares em mandado de segurança - precedentes: AG-RC-28/89, Ac.SDI-2917/89, julgado em 27 de outubro de 1989 e AG-RC-15/89, Ac.SDI-2812/89, publicado no Diário da Justiça de 19 de dezembro de 1989.

No mesmo diapasão temos julgados do antigo Tribunal Federal de Recursos:

"Mandado de Segurança contra ato judicial concessivo de medida liminar em mandado de segurança impetrado em primeira instância. O despacho que concede ou nega medida liminar é despacho de mero expediente, irrecurável portanto (artigo 504 do Código de Processo Civil). E na sua projeção não há qualquer direito subjetivo a resguardar, muito menos líquido e certo. Requerida a segurança, o juiz singular convenciado da relevância da impetração concedeu a liminar, mas fê-lo nos

termos que, a seu exclusivo critério, lhe pareceram mais adequados, agindo dentro dos exatos limites da discricionariedade de que a lei lhe concede". (MS-0119663, Ac. 2a. Turma, Relator Ministro MIGUEL FERRANTE, publicado no Diário da Justiça de 11 de fevereiro de 1988).

"O despacho que nega ou concede a liminar é despacho de mero expediente e, via de consequência, irrecorrível - CPC, artigo 504". (Ag-0048268, Ac. 6a. Turma, Relator Ministro MIGUEL FERRANTE, publicado no Diário da Justiça de 05 de novembro de 1987).

Também o Supremo Tribunal Federal a quem, no dizer de CELSO NEVES, cabe a última palavra sobre o jus legum, o que se dirá quando o tema tem implicações constitucionais, comunga com a irrecorribilidade da liminar:

"Mandado de Segurança. Medida Liminar. Incabível agravo regimental do despacho do relator que a defere ou denega. Recurso extraordinário indeferido e agravo não provido". (AG-03815, Ac. 1a. Turma, Relator Ministro EVANDRO LINS, RTJ nº 39, pági na 632).

Isto posto, tenho que a concessão, ou não, da liminar no mandado de segurança circunscreve-se à discricionariedade do Juiz relator, não sendo o despacho proferido impugnável mediante recurso ou sucedâneo deste. Dã-se mero juízo de valor, ficando afastada a recorribilidade.

3. CONCLUSÃO:

Julgo procedente a presente reclamação correicional, declarando a inadmissibilidade do agravo regimental interposto e, com isto, restabeleço, por via de consequência, a liminar concedida pelo Juiz MELO PORTO nos autos do processo nº TRT-MS-108/89.

Comunique-se, por ofício, o inteiro teor desta decisão à Requerente, ao Juiz-Presidente do Segundo Grupo de Turmas do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região e ao Autor da medida cautelar inominada nº 227-JCJ-497/88.

Publique-se.

Brasília, 06 de abril de 1990.

MINISTRO MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO
Corregedor-Geral

Superior Tribunal Militar

Secretaria do Tribunal Pleno

ATA DA 20a. AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de hum mil novecentos e noventa, às dezenove horas e dez minutos, em audiência pública, realizada no Gabinete da Presidência, na presença de CARLOS ISRAEL SILVA, Diretor da Diretoria Judiciária, de ANTONIO ALVES CRISPIM, Supervisor da Seção de Processo Judiciário, de ERNESTO GUSTAVO SCHILD, Secretário-Geral da Presidência do STM, por S. Exa. o Alte. Esq. RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO, Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar, foi distribuído, por sorteio, o seguinte processo:

HABEAS-CORPUS

32.635-9-PR - Paciente: IVANI JORGE DOS SANTOS ROBERTS e ALMIR CORTEZ, Sgts. Ex., submetidos a Conselhos de Disciplina pelo Exmo. Sr. General-Comandante da 5a. Região Militar, alegando estarem sofrendo abuso de poder e constrangimento ilegal por parte da referida Autoridade, pedem a concessão da ordem para que seja deferida liminar suspensiva dos referidos conselhos, até decisão final do presente "Writ". Impetrante: Dr. Osmann de Oliveira. RELATOR: Min. Ten. Brig. do Ar Jorge José de Carvalho.

Às dezenove horas e quinze minutos, foi encerrada a distribuição.

SUELY MATTOS DE ALENCAR
Secretária do Tribunal

ATA DA 23ª SESSÃO, EM 19 DE ABRIL DE 1990 - QUINTA-FEIRA
PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ALMIRANTE-DE-ESQUADRA RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO
PROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR: DR. MILTON MENEZES DA COSTA FILHO
SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO: DRª SUELY MATTOS DE ALENCAR

Compareceram os Ministros Antônio Carlos de Seixas Telles, Roberto Andersen Cavalcanti, Paulo César Cataldo, George Belham da Motta, Aldo Fagundes, Jorge José de Carvalho, Luiz Leal Ferreira, Haroldo Erichsen da FONSECA, Jorge Frederico Machado de Sant'Anna, Everaldo de Oliveira Reis, Cherubim Rosa Filho, Wilberto Luiz Lima, Antonio Carlos de Nogueira e Eduardo Pires Gonçalves.

Às 13:30 horas, havendo número legal, foi aberta a Sessão.

Lida, e sem debate, foi aprovada a Ata da Sessão anterior.

Foram relatados e julgados os seguintes processos:

- HABEAS-CORPUS 32.627-8 - Paraná. Relator Ministro Wilberto Luiz Lima. PACIENTE: DILSON ANTONIO DE OLIVEIRA JULIANO, Sd Ex, respondendo a pro-

cesso perante a Auditoria da 5ª CJM, alegando nulidade da denúncia, pede a concessão da ordem para que seja trancada a ação penal. Impetrante: Dr. Edgar Leite dos Santos. - POR UNANIMIDADE, o Tribunal denegou a ordem.

- DESAFORAMENTO 337-0 - Amazonas. Relator Ministro Cherubim Rosa Filho. O Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 12ª CJM, com fundamento no artigo 109, alínea "a", e § 1º, alínea "c", do CPPM, requer o desaforamento dos autos do Processo nº 011/89-7, referente ao 3º Sgt Temp Ex ELOY ANGELO DOS SANTOS BERNAL para a Auditoria da 4ª CJM. Adv. Drs. Benedito de Jesus Pereira Tavares e João Thomas Luchsinger. - POR MAIORIA, o Tribunal deferiu o pedido de desaforamento. Os Ministros ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES, PAULO CÉSAR CATALDO, ALDO FAGUNDES e JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA indeferiram o pedido. O Ministro ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES indeferiu o Desaforamento por entender que, no caso em discussão não ficou demonstrado o interesse da Justiça, na forma da letra "a", do artigo 109, do CPPM.

- APELAÇÃO 45.845-0 - Rio de Janeiro. Relator Ministro Jorge José de Carvalho. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. APELANTE: RONALDO JOSÉ MOURA COSTA, Cb FN, condenado a um ano e seis meses de prisão, incurso no artigo 206 do CPM, com o benefício do sursis pelo prazo de dois anos. APELADA: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 03 de agosto de 1989. Adv. Drs. Jorge Luiz Moncada dos Santos, Carlos Alberto Alves de Souza, Gelson Camaz, Alfredo Antonio Guarischí e Palma e Elizabeth Graça de Azevedo. - POR MAIORIA, o Tribunal negou provimento ao apelo, mantendo a Sentença recorrida. Os Ministros ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES e LUIZ LEAL FERREIRA davam provimento parcial ao apelo da Defesa para reduzir a pena, o primeiro a um ano e quatro meses de prisão, sendo com fundamento no artigo 206, combinado com os artigos 70, inciso II, letra "l", e 59, tudo do CPM e o segundo para um ano de prisão.

- APELAÇÃO 45.831-1 - Rio de Janeiro. Relator Ministro Everaldo de Oliveira Reis. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. APELANTE: CRISTIAN MARCOS GLÓRIA, Sd Ex, condenado a dois meses de impedimento, incurso no artigo 183, § 2º, alínea "b", do CPM. APELADA: A Sentença do Conselho de Justiça do 57º Batalhão de Infantaria (ES), de 29 de junho de 1989. Adv. Drª Eleonora Salles de Campos Borges. - POR UNANIMIDADE, o Tribunal rejeitou as preliminares suscitadas e, NO MÉRITO, deu provimento ao apelo da Defesa para absolver o recorrente, com fundamento no artigo 439, alínea "e", do CPPM.

- APELAÇÃO 45.911-3 - Amazonas. Relator Ministro George Belham da Motta. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. APELANTE: JOSÉ ELMAR OLIVEIRA BARRETO, Cb Mar, condenado a dois meses de prisão, incurso no artigo 190, § 1º, do CPM. APELADA: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 12ª CJM, de 18 de novembro de 1989. Adv. Dr. Benedito de Jesus Pereira Tavares. - POR UNANIMIDADE, o Tribunal rejeitou a preliminar suscitada pela Defesa e, NO MÉRITO, negou provimento ao recurso, mantendo a Sentença apelada.

- HABEAS-CORPUS 32.631-6 - Rio Grande do Sul. Relator Ministro Antonio Carlos de Nogueira. PACIENTE: REGIS ZOZIBER CASTRO, Sd Ex, preso, condenado pelo Conselho de Justiça do 3º Batalhão de Comunicações do Exército, alegando não ter sido assegurado o contraditório e a ampla defesa, pede a concessão da ordem para que seja anulado o processo sem renovação, requerendo, ainda, a imediata soltura. Impetrante: Drª Benedita Marina da Silva. - POR UNANIMIDADE, o Tribunal denegou a ordem por falta de amparo legal.

- APELAÇÃO 45.939-1 - Rio Grande do Sul. Relator Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. Revisor Ministro Jorge José de Carvalho. APELANTE: FÁBIO EDUARDO SILVA DA ROSA, Sd Ex, condenado a quatro meses de prisão, incurso no artigo 210, combinado com o artigo 70, inciso II, letra "l", do CPM, com o benefício do sursis pelo prazo de dois anos. APELADA: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria da 3ª CJM, de 13 de novembro de 1989. Adv. Drs. Benedita Marina da Silva e Nadja Maria Guerra Rodrigues. - POR UNANIMIDADE, o Tribunal negou provimento ao apelo, mantendo a Sentença recorrida.

- APELAÇÃO 45.910-5 - Rio de Janeiro. Relator Ministro George Belham da Motta. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. APELANTE: DALTON DO CARMO, Cb-Mar, condenado a sete meses de prisão, incurso, por desclassificação, no artigo 187 do CPM, com o direito de recorrer em liberdade. APELADA: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 18 de outubro de 1989. Adv. Drs. Carmem Lúcia A. de Montesinos e Adelcy Maria Rocha Simões Correa. (SESSÃO SECRETA).

- QUESTÃO ADMINISTRATIVA 241-0 - Distrito Federal. Relator Ministro Antonio Carlos de Nogueira. TEREZA CRISTINA CINTRA CEZAR, Técnica Judiciária do Quadro Permanente da Secretaria do STM, requer seja considerado o tempo de serviço público prestados ao Estado de São Paulo e ao Tribunal de Contas da União, sob o regime da CLT, para fim de licença especial. (SESSÃO SECRETA). - POR UNANIMIDADE, o Tribunal deferiu o pedido conforme solicitado.

- APELAÇÃO 45.944-0 - Amazonas. Relator Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. APELANTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 12ª CJM e o Sd Ex JOSÉ PINHEIRO OLIVEIRA, condenado a dois meses de impedimento, incurso no artigo 183, combinado com o artigo 72, incisos I, II e III, alínea "b", ambos do CPM. APELADA: A Sentença do Conselho de Justiça do 6º Batalhão de Engenharia de Construção, de 20 de outubro de 1989. Adv. Dr. Benedito de Jesus Pereira Tavares. (SESSÃO SECRETA).

Publicam-se, em cumprimento ao disposto na parte final do § 1º do artigo 58 do Regulamento Interno do STM, a decisões relacionadas com os processos julgados na 21ª Sessão, em 09 do mês em curso:

- APELAÇÃO 45.877-0 - Amazonas. Relator Ministro Everaldo de Oliveira Reis. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. APELANTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 12ª CJM e EVERALDO RODRIGUES DE ALMEIDA, Sd Ex, condenado a dois meses de prisão, incurso no artigo 187, tendo fixado a pena-base em 06 meses e diminuída a mesma de dois meses, de acordo com os artigos 73 e 72, incisos I e III, alíneas "a" e "d", tudo do CPM. APELADA: A Sentença do Conselho de Justiça do 1º Batalhão de Infantaria de Selva, de 30 de setembro de 1989. Adv. Dr. Benedito de Jesus Pereira Tavares. - POR UNANIMIDADE, o Tribunal rejeitou a preliminar suscitada pelo MPM e, NO MÉRITO, negou provimento ao apelo da Defesa e deu provimento ao recurso do MPM para, reformando a Sentença a quo, condenar o apelante-apelado a sete meses de prisão, por infringência ao

artigo 187, combinado com os artigos 69, 72, inciso I, e 59, todos do CPM, devendo o réu ser recolhido à prisão para cumprimento do restante da pena que ora lhe é imposta.

- **APELAÇÃO 45.912-0** - Rio de Janeiro. Relator Ministro Antonio Carlos de Nogueira. Revisor Ministro Luiz Leal Ferreira. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à 2ª Auditoria do Exército da 1ª CJM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, de 26 de outubro de 1989, que absolveu o Sd Ex DANIEL DE JESUS DOS SANTOS, do crime previsto no artigo 210 do CPM. Advª Drª Teresa da Silva Moreira. - **POR UNANIMIDADE**, o Tribunal deu provimento ao apelo do MPM para, reformando a Sentença absolutória de 1º grau, condenar o apelado a dois meses de prisão, como incurso no artigo 210, **caput**, do CPM, concedendo-lhe, **POR MAIORIA**, o benefício da suspensão condicional da pena, pelo prazo de dois anos. O Ministro EVERALDO DE OLIVEIRA REIS não concedeu o **sursis**.

- **APELAÇÃO 45.735-6** - Distrito Federal. Relator Ministro Paulo César Cataldo. Revisor Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. **APELANTES:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 11ª CJM e o Sd Ex RUBENS BEZERRA LIMA, condenado a dois anos de prisão, incurso no artigo 240, § 5º, do CPM, com o benefício do **sursis** pelo prazo de dois anos. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 11ª CJM, de 19 de maio de 1989, na parte que absolveu o Apelante do crime previsto no artigo 240, § 5º, combinado com o artigo 30, inciso II, ambos do CPM. Advs Drs Adhemar Marcondes de Moura e Elizabeth Diniz Martins Souto. - **POR UNANIMIDADE**, o Tribunal rejeitou a preliminar de nulidade de suscitada pela Defesa e, **NO MÉRITO**, negou provimento a ambos os apelos para manter a Sentença recorrida.

- **APELAÇÃO 45.892-1** - Pará. Relator Ministro Luiz Leal Ferreira. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. **APELANTES:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 8ª CJM e ERNANDES DO NASCIMENTO SOUSA, 3º Sgt Temp Ex, condenado a dois meses e doze dias de detenção, incurso, por desclassificação, no artigo 213, combinado com o artigo 70, inciso II, alínea "I", ambos do CPM, com o benefício do **sursis** pelo prazo de dois anos. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 8ª CJM, de 21 de setembro de 1989. Adv Dr José Claudio Monteiro de Brito Filho. - **POR UNANIMIDADE**, o Tribunal negou provimento ao apelo da Defesa e deu provimento ao recurso do MPM para, reformando a Sentença a quo, condenar o 3º Sgt Temp Ex ERNANDES DO NASCIMENTO SOUSA, **POR MAIORIA**, a quatro meses de prisão, como incurso no artigo 175, parágrafo único, combinado com os artigos 210, **caput**, e 159, todos do CPM, decisão tomada em conformidade com o artigo 11, inciso IX, do Regimento Interno. **POR UNANIMIDADE** foi mantido o benefício do **sursis** por dois anos. O Ministro ANTÔNIO CARLOS DE SEIXAS TELLES condenava à pena de quatro meses e quinze dias de prisão, como incurso, por desclassificação, nos artigos 175 e 209, combinado com os artigos 81, § 1º, e 59, tudo do CPM. O Ministro ROBERTO ANDERSEN CAVALCANTI condenava à pena de sete meses e seis dias, como incurso no artigo 175, combinado com os artigos 209 e 70, inciso II, letra "I", do mesmo diploma legal. Os Ministros GEORGE BELHAM DA MOTTA e HAROLD ERIKSEN DA FONSECA condenavam a seis meses de prisão, por infringência aos artigos 175 e 210, combinado com o artigo 70, inciso II, letra "I", todos do CPM. O Ministro EVERALDO DE OLIVEIRA REIS condenava a seis meses de prisão, como incurso no artigo 213, combinado com o artigo 70, inciso II, letra "I", da citada Lei. (O MINISTRO ALDO FAGUNDES NÃO PARTICIPOU DO JULGAMENTO).

A Sessão foi encerrada às 18:00 horas.

Processos em mesa:

Mandado de Segurança 203-0(AN) - RJ - Advª Telma de Moura Castro
Apelação 45.902-2(ER/AF)2ª Mar proc 05/89-2 Advªs Eliane O.L.Freire/outra

Aguardando decurso de prazo:

Apelação 45.924-3(PC/RA)1ª/2ª proc 01/89-0 Advs Ariovaldo B.Cambrá e outro
Apelação 45.948-2(LL/AN)Aud 4ª proc 509/89-0 Advª Samaritana S.Correia
Apelação 45.986-5(RF/AF)1ª Ex proc 502/90-8 Advª Clarice N. Costa

Aguardando publicação:

Rec. Crim 5.919-8(JS)1ª Ex proc 503/90-4 Advª Eleonora S.C.Borges
Apelação 45.934-2(RA/ST)3ª/3ª proc 520/89-8 Adv Airtton F. Rodrigues
Apelação 45.922-7(AN/JS)Aud 5ª proc 10/89-4 Adv Edgar Leite dos Santos

SUELY MATTOS DE ALENCAR
Secretária do Tribunal

Pauta de Julgamentos

PAUTA 046 - PROCESSOS POSTOS EM MESA:

RECURSO CRIMINAL 5.924-0 - Relator Ministro Antonio Carlos de Nogueira. Adv Dr João Thomas Luchsinger.
APELAÇÃO 45.974-1 - Relator Ministro George Belham da Motta. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. Adv Dr Luiz Humberto Agle.
APELAÇÃO 45.915-0 - Relator Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Revisor Ministro Antonio Carlos de Seixas Telles. Advª Drª Teresa da Silva Moreira.
RELATÓRIO DE CORREÇÃO 75-7 - Relator Ministro Haroldo Eriksen da Fonseca.

AVISO

A Imprensa Nacional possui espaços próprios para eventos culturais. Os interessados poderão procurar maiores esclarecimentos pelo fone: 321-5566 R: 208 e 124 ou no SIG - Quadra 6 - Lote 800 - CEP 70.604 - Brasília - DF.

Ministério Público da União

Ministério Público Federal

Procuradoria Geral da República

PORTARIA Nº 193, DE 25 DE ABRIL DE 1990

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Designar o Doutor JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, Subprocurador-Geral da República, para atuar como representante do Ministério Público, nos autos do Mandado de Segurança nº 21.086-9, impetrado por OSMALDO DE SOUZA FERREIRA e outros contra o Procurador-Geral da República, em curso perante o Supremo Tribunal Federal.

ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA

Ministério Público do Trabalho

2ª Região

Procuradoria Regional do Trabalho

Guia de remessa nº 075/90 com

processos

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Proc.-02900038736

Agravante

Advogado

Agravado

Advogado

Proc.-02900038744

Agravante

Advogado

Agravado

Advogado

Proc.-02900038752

Agravante

Advogado

Agravado

Advogado

Proc.-02900039180

Agravante

Advogado

Agravado

Advogado

Proc.-02900039260

Agravante

Advogado

Agravado

Advogado

Proc.-02900039481

Agravante

Advogado

Agravado

Proc.-02900039490

Agravante

Advogado

Agravado

Advogado

Proc.-02900040307

Agravante

Advogado

Agravado

Advogado

Parecer 140/90

Onofre Camilo da Silva

Marisa Rossi

Cia. Paulista Ferro Aço Ind.Com Imp.

Regina Beatriz Batalha

Parecer 141/90

Encisa Eng.Construções Saneamento Ltda.

Armando Acquesta

Lenilson Silveira da Silva

Lenilse Carlos Pereira de Oliveira

Parecer 142/90

Berenice Rocha Medeiros

Maria Helena Negrão

Cia. Nitro Química Brasileira

Oswaldo Dias Andrade

parecer 143/90

Joaquim Rodrigues da Silva

Carlos Simões Louro Junior

Enesa Engenharia S/A.

RENato Mehanna Khamis

Parecer 144/90

Civil Obras S/A.

Ojalma Romagnani

Francisco Pereira Ricardo

Maria Ivoneide Cavalcante Gonçalves

Parecer 145/90

Susa S/A.

Sergio Lorente Martin

Meire de Menezes Gomes

Parecer 146/90

Valdene Francisco do Nascimento

Glauber Sergio de Oliveira

Eplanco Constr. Empreend.Imobs. Ltda.

Civilia Engenharia S/A.

Euclides Claudio Pimenta

Parecer 147/90

Jose Joneci da Silva

Jose Giacchini

TT Fer. Engenharia Ltda.

Marco Antonio Novaes

Proc.-02900053433
Agravante
Advogado
Agravado
Advogado

Parecer 82/90
Pedro Gonçalves de Melo
Erineu Edison Maranesi
Cia. Bancreditr Servs Vigil Transp.Valores
Wally Mirabelli

AGRAVO DE PETIÇÃO

Proc.-02890204469
Agravante
Advogado
Agravado
Advogado

Parecer 731/89
Externato Pequeno Principe Ltda.
Rubens Nunes de ARAUJO
Clara Hidemi do AMARAL Bogaciovas
Luis Piccinin

Proc.-02900027173
Agravante
Advogado
Agravado
Advogado

Parecer 148/90
Him & Ung Ltda.
Carlos Teixeira Filho
Eivaldo Batista de Oliveira
Wilson de Oliveira

Proc.-02900027262
Agravante
Advogado
Agravado
Advogado

Parecer 149/90
Maria Edileusa Martins
Marilena Carrogi
Confecções de Roupas Tu Mang Ltda.
Samuel Presbiteris

Proc.-02900027319
Agravante
Advogado
Agravado
Advogado

Parecer 150/90
HB Serviços Marítimos em Geral Ltda.
Josefa Eliana Carvalho
Claudio Rodrigues
Durando Orefice Pereira Dumas

Proc.-02900027394
Agravante
Advogado
Agravado
Advogado

Parecer 151/90
hotel e Restaurante Araguaí Ltda.
Avedis Keskissian
Anita Nascimento Ribeiro
Wilson de Oliveira

Proc.-02900027408
Agravante
Advogado
Agravado
Advogado

Parecer 152/90
Selecionadora de Sementes Nogueira Ltda.
Nancy Cavicchioli Avedian
MAnoel Rodrigues da Costa
Rubens Lazzarini

Proc.-02900027874
Agravante
Advogado
Agravado
Advogado

Parecer 153/90
CE BRASIL Comercio e Industria Ltda.
Jose Alcides Montes Filho
Alvaro Coutinho
Aguiarildo Inocencio do Amaral

Proc.-02900028110
Agravante
Advogado
Agravado
Advogado

Parecer 154/90
Sidney de Souza Pires
Jose Giacomini
Dextra Serviços de Manutenção S/A.
Jose Stalin Wojtowicz

Proc.-02900028200
Agravante
Advogado
Agravado
Advogado

Parecer 155/90
Paulo Jorge Mateus
Carlos Roberto de Oliveira Caiana
Transporte Sideral S/A.
Vicente de Olivera

Proc.-02900028358
Agravante
Advogado
Agravado
Advogado

Parecer 156/90
Jofre Ind. e Com. Metais Sanitários Ltda.
Julio Nobutaka Shimabukuro
Jose Maria Joaquim Tavares
Antonio Marcos de Mello

Proc.-02900028412
Agravante
Advogado
Agravado
Advogado

Parecer 157/90 (II VOLUMES)
João Batista Pinheiro
Devanir Jesus Lavorenti
Cia. Municipal de Transportes Coletivos
Francisco Tadeu Barrio Nuevo

Proc.-02900031600
Agravante
Advogado
Agravado
Advogado

Parecer 54/90
Anello & Vis. Ltda.
Dulio Fabricatori
Jose Colemar de Oliveira Rocha
João Demetrio Gianotti

Proc.-02900031618
Agravante
Advogado
Agravado
Advogado

Parecer 55/90
Laurence Yuri Sabbag Silva
Mario Sergio de Mello Ferreira
Fausto Luiz Von Atzingen
Heidi Von Atzingen

Proc.-02900031839
Agravante
Advogado
Agravado
Advogado

Parecer 56/90
Departamento Edifícios Obras Públicas
Pedro Perino
Luiz do Prado
Marcos Schwartzman

Proc.-02900039040
Agravante
Advogado
Agravado
Advogado

Parecer 158/90 (II VOLUMES)
Fazenda do Estado de São Paulo
Regina Valeria S Mailart Oliveira
Ester de Oliveira Aguiar da Silva
Alfredo de Lima Bento

Proc.-02900040730
Agravante
Advogado
Agravado
Advogado

Parecer 57/90 (II VOLUMES)
Institutos Ala S/C Ltda.
Marcio Ribeiro de Campos
Maria Cristina Parda
Arnaldo Jose Pacifico

MANDADO DE SEGURANÇA

Proc.- 328/89-P
Impetrante

Parecer 43/90
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema
Antonio Marcio Bachiega
Ato da Exma.Sra.Juiz Presidente da MM. 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Bernardo do Campo

Advogado
Impetrado

Proc.- 358/89-P
Impetrante
Advogado
Impetrado

Proc.- 416/89-P
Impetrante
Advogado
Impetrado

Proc.- 454/89-P
Impetrante
Advogado
Impetrado

CONFLITO DE COMPETÊNCIA

Proc.- 582/89-P
Suscitante

Suscitado

DISSÍDIO COLETIVO

Proc.- 79/90-A
Suscitante

Advogado
Suscitado

Proc.- 69/90-A
Suscitante

Advogado
Suscitado

Advogado

RECURSO ORDINÁRIO

Proc.-02880022635
Recorrente
Advogado
REcorrido
Advogado
2ª REcorrente
Advogado
Proc.- 02880028277
Recorrente
Advogado
REcorrido
Advogado
Proc.-02890196440
Recorrente
REcorrido
Advogado
Proc.-02890196644
REcorrente
Advogado
Recorrido
Advogado
Proc.-02890196709
REcorrente
Advogado
Recorrido
Advogado
Proc.-02890198191
Recorrente
Advogado
Recorrido
Advogado
Proc.-02890198205
Recorrente
Advogado
Recorrido
Advogado

Proc.-02890198213
Recorrente
Advogado
REcorrido
Advogado
Proc.-02890198221
1ª REcorrente
Advogado
2ª REcorrente
Advogado
Proc.-02890198230
Recorrente
Advogado
REcorrido
Advogado
Proc.-02890198256
Recorrente
Advogado
Recorrido
Advogado
Proc.-02890198264
Recorrente
Advogado
REcorrido
Advogado

Parecer 44/90
Terezinha Teruko Higa
Valdir Florindo
Ato do Exmo. Sr. Juiz Presidente da MM. 52ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo
Parecer 45 /90
Edivaldo Ferreira Lima
Carlos Alberto dos Anjos
Ato da C. 4ª. Turma do E.Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região
Parecer 446/90
Melania Toledo de Campos Soranz
Jussara Antunes de Oliveira
Ato do Exmo. Sr. Juiz Presidente da Comissão do XIII Concurso para Ingresso na Magistratura do Trabalho da 2ª Região

Parecer 83/90
Exmo. Sr.Juiz Presidente da MM. 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Guarujá
Exmo. Sr. Juiz presidente da MM. 6ª Junta de Conciliação e Julgamento de Santos

Parecer 70/90
Sindicato Profissional dos Empregados das Empresas de Segurança e Vigilância de Santo André e Região.
Valdomiro Ribeiro Paes Landim
Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância no Estado de São Paulo.
Parecer 67/90
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Santo André, Aão Barbardo do Campo, Mauá e Ribeirão Pires.
Dr. José Carlos da Silva Arouca
Federação das Indústrias no Estado de São Paulo e Sindicato da Indústria de Alfaiataria e de Confecções de Roupas de Homens do Estado de São Paulo.
Loretta Maria Velletri Muselli

Parecer 101/90
Jose dos Santos
José dos Santos
Monte Cassino Lanchonete Ltda.
Marcia Regina Righi Magatte
AF Acabamentos e Cosntruções Ltda.
Alberto Rondon Lourenço
Parecer 564/89
Banco Comercio e Industria de SP S/A
Jonas da Costa Matos
Deusdete Ribeiro da Costa
Ricardo Artur Costa e Trigueiros
Parecer 136/90 (II VOLUMES)
Textil Reva Industria e Comercio Ltda.
Antonio Junho Filho
Irineu henrique
Parecer 55/90
João Carlos de Goes
Luis Piccinin
Bongotti S/A. Ind. e Com. de RAdiadores
Drausio Aparecido Villas Boas Rangel
Parecer 39/90
Cia. Municipal de Transportes Coletivos
Roseli Dietrich
Jose Abdon Delfino
Nelson Camara
Parecer 168/90
Lojas Jean Moriz Ltda.
Luiz Salem Varella Caggiano
Eunice Maria dos Santos
MARCO Aurelio Ferreira
Parecer 169/90
Real Benemerita Soc. Portug.beneficencia
Cleuzo Peres
Gerson Da Costa Veras
Jesus Pinheiro Alvares

Parecer 170/90
Livre S/C Ltda.
Lucia Helena Brandi Peraria Carneiro
Otacilio Macedo Lima
Roque Ribeiro dos Santos Junior
Parecer 181/90
Higitec Serviços e REpresentações Ltda.
Joaquim Nunes da Costa
Sandra Aparecida SENE Franco Silva Pinto
Marcia Maria Corsetti Guimarães
Parecer 171/90
Cia. Auxiliar de Vição e Obras
Adenilze Bechara de Rosa
Severino Pereira da Silva
Luiz Sesmilo Koasne
Parecer 172/90
Dagmar Oliveira Williamson
Humberto Mario Borri
Irene Ferreira
Manuel da Silva Barreiro
Parecer 173/90
ADL Divulgadora de Livros
Daniela Marina Mecheri
Wilson Nassa
Albino Rodrigues de Freitas